

CISHETEROTERRITORIALIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO TERRITORIAL DOS SUJEITOS LGBT+ NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Laleska Costa de Freitas

*Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF,
laleskacf@gmail.com ;*

Resumo

No que chame de sociedade segurança, Haesbaert (2014) percebe que a mobilidade e seu controle se tornaram elementos fundamentais na construção do território, ou seja, na sua territorialização. De forma simplificada, o mesmo autor identifica cinco grandes objetivos da territorialização, que um deles sendo “a identificação de grupos sociais (fortalecendo seu poder simbólico) através de referentes espaciais (a começar pela própria construção de fronteiras)”(HAESBAERT, 2014: 68). Neste artigo buscamos desenvolver o conceito de cisheteroterritorialização, definido como a territorialização da ideologia cisheteropatriarcal pertencente ao sistema-mundo vigente, ou seja, a construção do território de matriz heterossexual a partir da cisheteronormatividade que ocorre em conjunção com a precarização territorial dos sujeitos LGBT+. O conceito surge do contexto da cidade do Rio de Janeiro, onde episódios lgbtfóbicos por parte do representante público do município evidenciam suas contradições. Por isto objetivamos compreender como a cisheteroterritorialização ocorre nos espaços públicos do Rio de Janeiro, o que previamente tem sido analisado a partir das respostas aos inquéritos feitos em três Paradas LGBT+ do subúrbio da cidade, territórios abjetados pela cisheteronormatividade, e por ações de ordem pública que intervêm na corporalidade LGBT+. Este trabalho se justifica pela necessidade do evidenciar das normas espaciais, o

que poderá contribuir para a criação de estratégias de combate mais efetivas.

Palavras-chave: Cisheteroterritorialização, Precarização Territorial, Sujeitos LGBT+, Rio de Janeiro, Espaço Público.

Introdução

Quem performa livremente no espaço público? A resposta desta questão expõe o sujeito universal que expressará o ideal normativo de uma sociedade, orientando a ética hegemônica e, portanto, os comportamentos performativos que são permitidos em público. O poder que o estar e ser no espaço público tem justifica ser esse um território em contínua disputa, expressando tanto as normatividades atuais como as sociedades virtuais que buscam atualizar-se através da resistência.

Quem performa livremente no espaço público suburbano carioca? Objetivamos responder essa questão na nossa dissertação. O contexto carioca, ou seja, da cidade do Rio de Janeiro, é o que Haesbaert (2014), com base nos teóricos da diferença com Michel Foucault e Gilles Deleuze, chama de Sociedade de (In)Segurança, mais sutil na aplicação de suas estratégias espaciais de controle e agindo onde a sociedade disciplinar falhou, que ainda existe na atualidade. A chave deste controle pode ser resumida na mobilidade, em que o grau de movimentação dos sujeitos interfere em seus modos de vida/morte. Localizemos o nosso recorte espacial: subúrbio do Rio de Janeiro, metrópole brasileira, situada na América do Sul, parte do Sistema-mundo Moderno-Colonial Cisheteropatriarcal¹.

O conceito que aqui defendemos, a cisheteroterritorialização, surge nos trabalhos de campo de 2019 feitos nas três Paradas LGBT+ mais antigas do subúrbio carioca – Madureira, Sepetiba e Vila do João, na Maré. E é neste contexto que estudamos as Paradas LGBT+ do subúrbio carioca e observamos um fenômeno que nos inspirou a criar o conceito de cisheteroterritorialização que ocorre no espaço público, que é a construção de um território em que há a imposição da ideologia cisheteropatriarcal, estruturando-se assim a partir de uma cisheteronormatividade e com uma estrutura também patriarcal, ou seja, com dominação masculina. Para pesquisas futuras, contudo, buscaremos

1 Atualização do Sistema-mundo moderno-colonial que propusemos em nossa dissertação. Indo além do sistema-mundo moderno-colonial de gênero, esta conceituação de sistema-mundo destacamos que a divisão axial de trabalho também se orienta por aquilo que Butler (2018) chama de matriz heterossexual, ou seja, pelo sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual.

entender que masculinidade é esta que se faz hegemônica, pois a masculinidade não se faz singular e sim plural, assim como se aprofundar sobre a imposição cisgênera que ocorre no espaço público. O objetivo desta construção conceitual é evidenciar ainda mais a dimensão espacial da LGBTfobia, possibilitando assim a construção de soluções para esta injustiça que observem a geografia destas questões. Transformar a sociedade não é desvinculado da transformação espacial, pois os sujeitos são corporificados e territorializados, exercendo sua autonomia dependente temporal e espacialmente. O horizonte, portanto, é a justiça territorial.

Os referenciais teóricos que nos orientam são: o livro de Haesbaert (2014), que nos conscientizou da precarização territorial que é consequente da cisheteroterritorialização; Butler (2018), com o conceito de matriz heterossexual que nos conduziu a construir anteriormente o conceito de Ideologia Cisheteropatriarcal; Zizek (2018), principal referência para a compreensão do conceito de Ideologia; Santos (2014), que constrói um dos conceitos base desta pesquisa, o espaço geográfico; Lima (2020), que nos provoca a pensar no sujeito corporificado e territorializado; Alvares e Barbosa (2019), Delgado (2011), Joseph (1999) e Sennett (2014), autores que auxiliaram a chegarmos a concepção de espaço público que aqui utilizamos; Wallerstein (1991) com o conceito de sistema-mundo e Lugones (2008;2019) que buscou atualizá-lo ao propor o sistema-mundo moderno-colonial de gênero; Sedgwick (2007), que com a epistemologia do armário também nos deixou sensível ao fenômeno da cisheteroterritorialização; Guasch (2000), que ao apontar a crise da heterossexualidade também nos conscientizou da cisheteropatriarcalidade presente no espaço e no sistema-mundo vigente; Leal (2020), referencial sugerido durante o congresso, que nos situa de como ocorre a vivência transgênera do espaço.

Metodologia

Concordando com Santos (2014), entendemos o espaço geográfico como composto por um sistema de objetos – coisas com intenção – em constante relação dialética com um sistema de ações – atos com propósito –, numa escala híbrida em que o local é uma expressão do global e o global está em constante modificação por intervenção local. Por estudarmos o espaço público enquanto um território, que são as relações de poder mediadas pelo/no espaço geográfico, foi

preciso desenvolver uma metodologia que expusesse as estratégias utilizadas para alterar a dinâmica de poder que ocorre no espaço público, ou seja, que ilustrasse o sistema de ações e de objetos.

Para compreender as estratégias dos organizadores ali existente, buscamos entrevista-los, identificando a partir desta entrevista o perfil dos organizadores (idade, gênero, sexualidade, racialidade, local de moradia, local de trabalho, profissão), sua trajetória de vida, a trajetória da Parada LGBT+ até então e quais eram os planos para o futuro da Parada LGBT+ e do espaço público que ela disputa. Os participantes e suas virtualidades, que também influenciam nas dinâmicas territoriais do espaço público, foram captados através de inquéritos aplicados no momento da Parada LGBT+, inquéritos estes que buscavam entender o perfil daqueles sujeitos nos mesmos quesitos indagados aos organizadores, assim como também entender a frequência dos participantes nas Paradas LGBT+, motivação para ir à Parada e o que esperava dela. No caso dos inquiridos que eram sujeitos LGBT+ também buscou-se entender se ele se colocava no armário em espaços públicos, se sim em quais ele se sentia mais livre. As estratégias hegemônicas embutidas naquele espaço público foram compreendidas a partir da pesquisa bibliográfica da história e geografia dos espaços públicos cariocas, numa revisão sintética da trajetória urbana, assim como a partir da análise de algumas ações de ordem pública. Quanto ao sistema de objetos, buscou-se analisar algumas das coisas inseridas no espaço para assim entender a intenção imposta nelas, tornando-as, portanto, objetos. O banheiro é um exemplo de objeto espacial analisado devido a sua ambiguidade para sujeitos LGBT+.

Resultados e discussão

Pausemos o plural de modéstia para melhor apresentarmos os resultados da pesquisa: foi em meio a Parada LGBT+ de Sepetiba, que eu escolhi metodologicamente ser a primeira vez que eu ia assim como a primeira Parada LGBT+ que eu participava na vida, que eu percebi os meus armários internos, limitações que se desfizeram quando rodeada de um público que acolhia os sujeitos LGBT+, algo que percebi quando me senti confortável, o desconforto em outros momentos sendo tão velado que eu não o percebia. O que ocorria na minha própria corporalidade era um dos conflitos presentes no espaço público, pois a vivência da minha bissexualidade, especialmente da homoafetividade

que a compõe, mostrou-se comprometida quando não estava naquele território efêmero LGBTQ+. Eu sentia o que em outro trabalho meu com outros autores foi nomeado de heteroterritorialização, que é o processo de criar um território em que haja o domínio heterossexual através da heteronormatividade.

O caráter patriarcal dessa hegemonia mostra-se para além dos inquéritos, quando a vivência de mulheres é distinta dos homens por riscos de violência distintos. No caso dos inquéritos se fez presente pelo temor de mulheres homoafetivas de demonstrarem afeto em público. Em uma das respostas ao inquérito as inquiridas responderam que o espaço público em que se sentiam mais confortáveis para demonstrar afeto era próximo de casa, pois havia a possibilidade de fugirem para casa ao sinal de algum risco. Esta resposta se alinha ao padrão de relações homoafetivas entre mulheres se limitarem mais aos espaços privados que entre homens, distinção que ocorre pela intersecção entre gênero e sexualidade. É preciso aprofundar-se ainda mais neste aspecto do sistema-mundo, pois é preciso entender que masculinidades são hegemônicas e por isto exercem um domínio sobre outros gêneros, assim como que feminilidades também se colocam como hegemônicas, já que a interseccionalidade faz com que algumas mulheres possam performar mais livremente nos espaços públicos.

Até aqui apontamos dois tipos de territorializar/desterritorializar que constroem a cisheteropatriarcalidade do sistema-mundo vigente: a territorialização da heterossexualidade e desterritorialização daquilo que não a compõe, nos moldes do que Guasch (2000) defende, acrescentando aos oito pontos levantados a normatização da alossexualidade e da monossexualidade; a territorialização da masculinidade hegemônica, a ser melhor definida em pesquisa futura, e desterritorialização de outras identidades de gênero. O terceiro tipo de construção territorial que percebemos é a cisnormativa, e para melhor explica-la precisamos também nos basear nos escritos de Leal (2020) para melhor compreender as respostas aos inquéritos e entrevistas.

Escala e régua é o que Leal (2020) entende orientar a modalidade de opressão que ocorre com os sujeitos transgêneros, que é uma medida espacial de diferenciação performativa das transgeneridades com relação aos seus conteúdos identitários de masculinidades e/ou mulheridades. Correlato ao colorismo, que ocorre com os corpos negros, esta medida determina quem é mais trans do que quem, tendo a transexualidade entendida como o grau mais “alto”. A

cisnormatividade espacial mostra-se assim ainda mais complexa do que previamente estabelecemos, pois não só oprime os sujeitos com corpos que performam algo que foge da cisgeneridade, como também esta opressão é proporcional à como estes corpos se localizam na medida espacial que diferencia a performatividade das transgeneridades. Leal (2020) identifica três formas de colocação espacial das transgeneridades de modo a se proteger das condições cisnormativas hegemônicas de leitura de gênero: a passabilidade, a reclusão e o cisplay. Nas entrevistas feita às organizadoras das Paradas de Madureira e de Sepetiba identificamos do que as transgeneridades se protegerem: a violência cisnormativa. Ambas as organizadoras sofreram violência nos espaços públicos ao performarem nestes espaços suas transgeneridades em momentos cotidianos – uma ia ao trabalho, enquanto outra ia comprar algo para si. É neste momento que a cisgeneridade se territorializa, desterritorializando as transgeneridades – ou ao menos tentando, já que ambas as vítimas da violência organizaram Paradas LGBTQ+ e alteraram com isto e outras ações a dinâmica dos espaços públicos.

O que chamamos até agora de desterritorialização também poderia ser comparado com um processo de abjeção. Apesar de haver crítica a este termo, o resgatamos por expressar conceitualmente como ocorre esse desterritorializar. O sentido que usamos se inspira no utilizado por Dornelles e Pocahy (2010) utilizam em seu artigo, resgatando o que Judith Butler defende com base nas ideias de Julia Kristeva: abjeção como um expelir do corpo, tornando-o outro e assim definindo os limites deste corpo que fez a abjeção. Assim sendo, a desterritorialização dos sujeitos LGBTQ+ enquanto um processo de abjeção é necessária para que a cisheteronormatividade defina seus limites espaciais, constituindo assim seu próprio território. E, tal como expelir, esse processo é violento, agressivo, e muitas vezes súbito. Ao contrário, a resistência a esta cisheteropatriarcalidade busca abjetar as injustiças, retira-las do espaço público para que todos os sujeitos possam performar livremente sem serem avaliados por alguma escala ou régua.

Considerações finais

Assim se constrói o conceito de cisheteroterritorialização: a constituição do território cisheteropatriarcal enquanto dimensão espacial da ideologia homônima (FREITAS E LIMA, 2019), o que ocorre através

da abjeção dos sujeitos com performance que não se encaixam no performar da(s?) masculinidade(s?) hegemônica(s?) e na cisheteronormatividade, abjeção que obriga estes sujeitos se territorializarem em outros espaços, podendo ser públicos ou privados. Considerando o território como as relações de poder mediadas pelo espaço, este território é constituído de sistemas de objetos e ações que buscam influenciar os sujeitos que nele estiverem a se conformarem com a ideologia cisheteropatriarcal, reproduzindo assim a matriz heterossexual – ou seja, alinhamento entre o sexo, gênero e orientação sexual –, assim como se conformando a dominação por parte da(s?) masculinidade(s?) hegemônica(s?).

O objetivo deste conceito é deixar ainda mais evidente a dimensão espacial da injustiça vivida tanto pelos sujeitos LGBTQ+, quanto por outros sujeitos que fogem do padrão de masculinidade e da cisheteronormatividade. Aprofundando-se ainda mais nesta conceituação poderemos perceber como os sistemas de ações e de objetos agem para gerar uma dinâmica espacial que proporciona violências LGBTQófobas e machistas, obrigando aos sujeitos territorialmente abjetados a resistirem como podem, seja se protegendo em outros espaços, seja transformando a dinâmica do espaço público onde foram violentamente abjetados. Queremos, desta forma, tornar a ciência geográfica uma aliada ainda mais forte no combate a esta injustiça, idealmente a todos os tipos de injustiça, pois o caráter colonial do espaço público, ou seja, racista, dentre outras opressões presentes em todos os espaços não podem ser ignoradas.

Para que o conceito torna-se ainda mais próximo da realidade algumas atualizações e aprofundamentos precisarão ser feitos, dentre eles um maior estudo sobre as masculinidades para entender qual ou quais masculinidades se constituem enquanto hegemônicas, uma maior aproximação da ciência produzida por quem é transgênero para entender a partir da empatia como a cisheteronormatividade se constitui no espaço, e, com o mesmo método, entender como se constitui a normatividade asexual, já que a assexualidade ainda é pouco reconhecida.

Agradecimentos

Faz-se necessário agradecer em primeiro lugar aos Deuses e guias que possibilitaram a minha existência e me orientam para que a cada

dia eu me torne alguém melhor e, por conseguinte, o mundo. Mas também devo agradecer a todos que me possibilitaram desenvolver a pesquisa que gerou a minha dissertação, desde quem construiu os espaços que precisei estar para construir a dissertação, seja material ou imaterialmente, assim como quem no presente me apoiou e contribuiu de algum modo – uma lista tão extensa que aqui não caberia, por isto cito alguns sujeitos que se destacam por terem uma presença mais frequente, como o meu orientador Ivaldo Lima, meus amigos e familiares. No que tange ao evento, gostaria tanto de agradecer a ABEH quanto especialmente aos coordenadores an Habib e Thiago Soliva presentes no simpósio temático onde apresentei meu trabalho – ST 19: Territorialidades e cartografia de memórias LGBTQIA+ –, agradecendo a eles pelas ricas contribuições que fizeram ao artigo.

Referências

ALVARES, L.; BARBOSA, J. Uma proposta multidimensional para analisar as políticas dos a política nos Espaços Públicos Urbanos. In: Alvares, L; Barbosa, J (Orgs.). **Espaços Públicos Urbanos: das políticas planejadas à política cotidiana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. P.19-52.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011. P. 549-559.

BOBBIO, N. Política. In: Bobbio, N.; Mateucci, N.; Pasquino, G. (Orgs). **Dicionário de política** – volume 1. Brasília: UnB, 1998. P.954-962.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COSTA, C. **O sujeito no feminismo: revisitando os debates**. Cadernos Pagu, São Paulo, n.19, p.59-90, 2002.

DELGADO, M. **El espacio público como ideología**. Madrid: Catarata, 2011.

DORNELLES, Priscila Gomes; POCAHY, Fernando. **Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção**. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010.

FREITAS, Laleska; LIMA, Ivaldo. **Ideologia cisheteropatriarcal, contenção (cishetero) territorial e o videoclipe “flutua”**. Desfazendo Gênero, 2019.

GUASCH, Óscar. **La crisis de la heterossexualidad**. Barcelona: LAERTES, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 320 p.

JOSEPH, Isaac. **Retomar la ciudad: el espacio público como lugar de la acción**. Medellín: Postgrado de Estética - Universidad Nacional de Colombia, 1999.

LEAL, Dodi Tavares Borges. **Espacialidade travesti: habitat de gênero e práticas topográficas de corpos trans nas artes da cena brasileira**. Urdimento, Florianópolis, v. 2, n. 38, ago./set. 2020.

LIMA, I. A condição geopolítica dos corpos sensíveis. **Paisagens Híbridas**. Rio de Janeiro, 25 de março de 2020a. Disponível em: <<https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/2020/04/01/a-condicao-geopolitica-dos-corpos-sensiveis/>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

_____. Em favor da Justiça Territorial: o encontro entre a geografia e ética. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, vol. 7, no 2, maio a agosto de 2020b, p.125- 148. Disponível em: <www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Em-favor-da-Justica-Territorial-o-encontro-entre-geografia-e-etica-.pdf> Acesso em 27 de outubro de 2020.

LUGONES, M. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, Julho-dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600906>> Acesso em 17 de junho de 2019.

_____. Rumo ao Feminismo Decolonial. In: Holanda, H. (Org). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. P.356-377.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2014

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, nº 28, janeiro-junho de 2007. Pag 19-54.

SENNETT, R. Introdução. In: Sennett, R. **L'Espai Públic**: um sistema obert, um procés inacabat. Barcelona: Arcadia, 2014.

WALLERSTEIN, I. World System versus World-Systems: A Critique. **World System versus World-Systems: A Critique**, Volume 11, no 2, 1991. P. 189-194.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.